



XXXI Encontro de Lisboa Ata Sessão Pública

A sessão pública do XXXI Encontro de Lisboa, que teve lugar a 19 de outubro de 2021 por via remota, contou com a participação das delegações dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, bem como de vários convidados externos. A sessão centrou-se num webinar sobre Climate change and climate finance.

Mário Centeno (BdP) deu início à sessão pública do XXXI Encontro de Lisboa saudando os participantes, nomeadamente, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal e as delegações dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa (BCPLP).

Sublinhou a importância da coordenação e da cooperação para enfrentar com sucesso os múltiplos desafios existentes. Prosseguiu com uma breve abordagem às perspetivas atuais, que apontam para uma recuperação económica a diferentes velocidades, referindo os riscos associados a novas variantes do vírus e às dificuldades no acesso e distribuição de vacinas, em especial nas economias emergentes e em desenvolvimento. No âmbito das medidas de política adotadas, realçou o papel dos bancos centrais na resposta à pandemia, criando condições de financiamento e apoio à liquidez, ao investimento e à retoma da atividade económica. Notando que, se as reformas na regulação e supervisão pré-pandemia foram essenciais, nesta fase de recuperação, de elevada incerteza, a atuação e a comunicação dos bancos centrais deve pautar-se por prudência, flexibilidade e firmeza. A política monetária deverá continuar a apoiar a recuperação e a estabilidade financeira a médio prazo.

Aludiu brevemente às principais mensagens das reuniões anuais do FMI e do Banco Mundial, destacando o agravamento das desigualdades à escala mundial e o apelo à intensificação do processo de vacinação mundial, à calibração das políticas económicas e à aceleração do processo de transformação.

Antes de apresentar o orador convidado, mencionou a urgência do combate às alterações climáticas. Neste âmbito referiu ainda a importância da *COP-26* para a definição de compromissos em direção à neutralidade climática, ao mercado global de emissões de carbono ou à canalização para os países em desenvolvimento de recursos financeiros para apoiar a sua transição climática. Reforçou o papel do sistema financeiro neste domínio.

Este enquadramento justificou a escolha do tema central do Encontro, que teve como orador principal Frank Elderson, membro da Comissão Executiva do Banco Central Europeu e Presidente da *Network for Greening the Financial System* (NGFS).

A intervenção de Elderson intitulou-se "*The role of supervisors and central banks in the climate crisis*". Após uma abordagem genérica do tema, referiu as iniciativas do Banco Central Europeu no contexto do combate aos efeitos da crise climática e ambiental. Destacou a contribuição da NGFS, na qual participam vários bancos centrais e supervisores financeiros, e em particular as recomendações de política que a mesma elaborou. Aludiu ainda ao recente lançamento da *Supervisors' Climate Training Alliance* (CTA) na qual colabora, *inter alia*, o BIS.

Na fase de discussão, a primeira intervenção coube a Fernanda Guardado (BCB), que deu conta das instruções recentemente publicadas pelo Banco Central do Brasil para que os bancos comerciais produzam e divulguem relatórios que evidenciem o impacto para o balanço de cada instituição decorrente de riscos climáticos, ambientais e sociais. Mencionou a intenção do BCB de criar um *green credit bureau* para promover o crédito verde e permitir acesso em condições mais favoráveis a iniciativas de produção sustentáveis. Acrescentou também que o BCB está desenvolvendo cenários de *stress test* para elaborar melhores estratégias. Frisou, por último, que esta preocupação do BCB é partilhada pelos bancos comerciais e, em geral, pelas instituições do setor privado.



Rui Miguêns (BNA) saudou o Banco de Portugal por ter dado continuidade aos Encontros de Lisboa, mesmo nestes anos marcados pela pandemia e consequentes restrições. Referiu que, em Angola, os efeitos das alterações climáticas se fazem sentir de forma significativa, nomeadamente em termos de desertificação de vastas áreas do sul do país. Em termos sociais e económicos, esses efeitos vêm-se traduzindo num aumento da incidência de famílias afetadas pela fome e pelo crescimento dos preços dos bens alimentares.

Óscar Santos (BCV) salientou a preocupação com a possibilidade de tradução dos riscos físicos associados às alterações climáticas em riscos fiscais, aos quais acresce o impacto no setor do turismo, vital para a economia cabo-verdiana, com a consequente queda do produto e do rendimento. Esta evolução desfavorável não deixaria de criar dificuldades para a manutenção da estabilidade financeira, uma preocupação central da sua instituição. Concluiu, referindo a preocupação do BCV em reforçar a sua capacidade técnica para assegurar a estabilidade financeira e nessa medida agradeceu a contribuição do Banco de Portugal no domínio da formação de quadros.

Américo Barros (BCSTP) destacou a vulnerabilidade da economia do seu país face às alterações climáticas, nomeadamente em setores chave como a agricultura, o turismo e as pescas. Referiu que o processo de aquecimento das águas marítimas está a provocar uma destruição dos habitats marinhos, fazendo escassear as capturas de peixe, produto essencial na alimentação santomense. Este mesmo fenómeno está a induzir um aumento do preço deste bem alimentar e, consequentemente, da inflação dado o seu peso no cabaz de compras. Prosseguiu referindo a determinação do BCSTP em reforçar os mecanismos de inclusão financeira, como forma de mitigar as consequências negativas das alterações climáticas, associando esse reforço a preocupações de respeito pelo ambiente e pelo tratamento privilegiado de oportunidades de financiamento verde. Concluiu, reconhecendo que a prossecução destes objetivos está condicionada pela escassez de recursos financeiros em São Tomé e Príncipe.

Benjamin Chan (AMCM) referiu que na sua jurisdição existe uma acentuada preocupação com os efeitos das alterações climáticas. Na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), dada a significativa expressão do setor financeiro na economia, existe uma especial sensibilidade ao financiamento das medidas de combate às alterações climáticas e à mitigação dos seus efeitos. Tem havido uma reflexão sobre as modalidades de financiamento de projetos neste domínio, nomeadamente quanto à possível emissão em Macau de *green bonds*. Esta preocupação é partilhada pela Associação de Bancos de Macau, estando prevista a adoção de padrões de *green finance* a serem observados por todas as instituições financeiras a operar na RAEM. Os projetos verdes deverão ser prosseguidos por investidores privados e a atuação neste domínio poderá vir a revelar-se especialmente relevante num contexto pós-pandemia. Concluiu, referindo a disponibilidade da AMCM em colaborar com os BCPLP tendo em vista a adoção das melhores práticas no âmbito do financiamento verde.

Não havendo mais intervenções por parte dos BCPLP, Frank Elderson manifestou satisfação pela partilha do sentimento comum de reconhecimento da importância do problema das alterações climáticas e do compromisso de procurar combater as suas causas e efeitos. Referiu que, para além dos riscos diretos, há que acautelar os riscos que possam decorrer do processo de transição, o que exigirá uma adequada monitorização por parte das entidades com responsabilidades regulatórias e de supervisão. Reforçou a sua convicção de que todos os bancos centrais terão uma contribuição fundamental para este esforço coletivo.

A sessão pública prosseguiu com a intervenção do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal. Francisco André concordou com a necessidade de dar a máxima prioridade ao esforço coletivo para reverter e compensar os efeitos das alterações climáticas, que afetam todos os países de expressão portuguesa. Destacou o papel essencial dos bancos centrais na manutenção da estabilidade financeira, a qual será afetada pelas novas formas de risco financeiro associadas à atual situação. Referiu o papel da cooperação no reforço do financiamento sustentável, contribuindo para uma recuperação mais resiliente, mas também mais verde, uma vez que, do seu ponto de vista, há uma óbvia conexão entre a transição verde e a transição digital, processos interligados que irão determinar a evolução da economia mundial. A este propósito aludiu à realização da conferência *COP 26* e à necessidade de serem assumidos



compromissos substantivos, que incorporem objetivos ambiciosos e respostas inovadoras, como sejam a criação de novos instrumentos financeiros à escala internacional para o combate às alterações climáticas. Manifestou a importância destes instrumentos estarem devidamente alinhados, de serem adequados para a sua utilização por parte de todos os países e com flexibilidade necessária à grande pluralidade de situações. Portugal, disse, irá assumir estes compromissos numa perspectiva quer bilateral, quer multilateral, sendo que em ambas terá uma especial atenção aos Países de Língua Portuguesa.

O Governador Mário Centeno agradeceu a Frank Elderson o relevante contributo da sua intervenção para a discussão e a todos os participantes neste *webinar*, nomeadamente as delegações dos BCPLP. Expressou o desejo de que em 2022 o Encontro de Lisboa possa retomar o figurino presencial.

As intervenções podem ser encontradas nos seguintes endereços:

<https://www.bportugal.pt/evento/xxxi-encontro-de-lisboa-entre-os-bancos-centrais-dos-paises-de-lingua-portuguesa>

<https://www.bcplp.org/pt-pt/encontros/encontros-de-lisboa/xxxi-encontro-de-lisboa>